

Ponte para uma discussão pública mais ampla

Christopher Stone, entrevistado por Elizabeth Leeds

Christopher Stone

Presidente da Open Society Foundations. Reconhecido estudioso internacional sobre reformas do sistema de justiça criminal, foi professor da John F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard e diretor do Vera Institute of Justice.

Elizabeth Leeds

Pesquisadora associada do Centro de Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e presidente de honra do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A trajetória profissional de Christopher Stone reflete a importância da pesquisa como bússola fundamental das políticas públicas na área da segurança. Na discussão sobre “segurança pública e economia” que abre esta entrevista (realizada em 15 de dezembro de 2015), Stone enfatiza a necessidade de pesquisa não apenas como exercício acadêmico, mas, sobretudo, para a formulação de ações específicas na área. Ao abordar o tema da “sociedade civil e segurança pública”, Stone levanta a questão de entender o que faz com que a sociedade se mobilize em torno de alguns temas e não de outros. Como fazer da sociedade civil uma parceira na redução de homicídios? Como fazê-la acreditar em sua capacidade de pressionar e vigiar as instituições e órgãos estatais? Em relação ao tema da “ajuda internacional”, Stone destaca a relevância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das mudanças ocorridas nos últimos anos nas agências bilaterais e multilaterais de desenvolvimento que abriram mais possibilidades de financiamento para a sociedade civil. Por último, mas não menos importante, a questão dos “indicadores”. Além de melhorar a produção e a qualidade dos indicadores na área de segurança pública, é fundamental que o uso deles também melhore. Trata-se de um desafio cotidiano, em que Stone destaca o papel do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em suas diferentes funções.

SEGURANÇA PÚBLICA E ECONOMIA

Elizabeth Leeds: *De acordo com a sua perspectiva em segurança pública, gostaríamos que falasse sobre algumas questões relevantes para o Brasil e a América Latina. Uma é a relação entre o crime, a segurança pública e a economia. Em um artigo escrito em 2006 sobre a África do Sul, você argumenta que os elevados índices de criminalidade e a violência estão impactando a economia. Seu argumento é que, ao invés de fazer uma afirmação genérica sobre como melhorar a segurança pública, você tem que entender qual aspecto da segurança pública tem que ser melhorado para que a economia também melhore.*

Christopher Stone: Correto. Isso fazia parte de um grande projeto sobre o “crescimento compartilhado” na África do Sul, liderado pelo ministro das Finanças e por uma equipe de economistas do mundo todo. Eles estavam convencidos de que os altos índices sul-africanos de criminalidade estavam relacionados com o crescimento. Foi muito difícil encontrar uma evidência dessa realidade. É possível achar correlações e você pode supor que os crimes são motivados por diversos fatores. Elas podem demonstrar que os países que apresentam altos índices de homicídio têm um crescimento mais lento e que aqueles com baixos índices possuem um crescimento mais rápido. Mas não é possível demonstrar que se essa taxa é reduzida, então o crescimento muda. Existem muitas correlações, porém não há muitas evidências causais persuasivas.

Comecei a conversar com os investidores, pois há uma teoria sobre a atividade econômica: se você tem realmente uma área com altos índices de criminalidade, as pessoas não aceitarão empregos que exijam que elas tenham que passar por estas áreas à noite para chegar até a fábrica ou ao local de trabalho. Não consegui achar uma evidência concreta. É inacreditável o que as pessoas enfrentam para conseguir um emprego, tendo em vista que além de baixos salários, trabalho noturno, ainda entram em áreas com alto índice de criminalidade. É perigoso, sim, mas isso também é perigoso para uma pessoa que deseja fazer uma simples caminhada. Dessa forma, é complicado achar a evidência.

Isso não é um exercício acadêmico. Eles querem realmente diminuir o índice de criminalidade e querem entender o que o crime tem a ver

com a economia. A conexão que, por fim, me deixou mais confiante foi: para conseguir níveis mais elevados de crescimento – consistentemente 6%, 7%, 8%, 9% ao ano, tipo de crescimento que a Índia e a China estavam apresentando –, você teria que, no decorrer do tempo, migrar as atividades do setor informal para negócios do setor formal. A desaceleração do setor formal não permitia gerar crescimento a níveis tão elevados, por isso seria necessário que houvesse uma grande quantidade de atividade econômica informal e sustentável por um período longo o suficiente para transformá-la em atividade formal.

Assim, descobri que minha suspeita era realmente uma forte evidência: um índice elevado de criminalidade faz com que as pessoas desistam do setor informal. Essa história diz respeito às mulheres em comunidades da África do Sul e de Gana. Os negócios na comunidade sul-africana onde os índices de criminalidade eram altos duravam, em média, um ano. Esses negócios eram fechados, em sua maioria, por terem sido roubados diversas vezes. Os mesmos tipos de negócios em uma comunidade fora de Acra [capital de Gana] prosperavam, durando em média de três a cinco anos, e muitos deles viraram um negócio formal.

[...] um índice elevado de criminalidade faz com que as pessoas desistam do setor informal. Essa história diz respeito às mulheres em comunidades da África do Sul e de Gana. Os negócios na comunidade sul-africana onde os índices de criminalidade eram altos duravam, em média, um ano. Esses negócios eram fechados, em sua maioria, por terem sido roubados diversas vezes.

O argumento era sobre a diferença no índice de criminalidade dessas comunidades. Fisicamente, essas comunidades eram muito parecidas uma com a outra – nenhuma das duas era capital e apresentavam diversos tipos de negócios. Achei uma fotografia que utilizei em um artigo sobre esse assunto. Na África do Sul, as lojas ou as fábricas de tijolos eram completamente isoladas com madeira e depois fechadas. Em Gana, tudo acontecia na rua. A loja era fechada, mas abria novamente na manhã seguinte. Ninguém se preocupava com o fato de terem suas coisas roubadas. Não havia sinais de pessoas com medo.

O que gosto nessa história é que ela nos dá sugestões muito específicas do trabalho da polícia. A polícia sul-africana achava que estava correspondendo àquilo que as pessoas desejavam e tinham como prioridade: o crime violento. Quando as donas de loja reclamavam que estavam sendo roubadas, a polícia agia. Conforme dissemos, se você tem a intenção séria de tentar fazer com que a economia cresça, a polícia deve, além de priorizar a redução de

assaltos, também priorizar a redução dos crimes cometidos contra as propriedades comerciais nas comunidades ou vizinhanças de baixa renda e que apresentem esses negócios informais. A proteção da economia informal proporcionada pela polícia deve aumentar. Essa é uma ação que um governo pode colocar em prática.

Portanto, se desejar que o Ministro das Finanças apoie a reforma de segurança pública, em vez de apenas conversar com a polícia, é necessário associar este objetivo a uma história que fale do crescimento econômico no qual os economistas acreditam. Você sabe, não deve ser o tipo de histórias de jornais sobre crescimento econômico que as pessoas ligadas à segurança sempre promovem. Acho que esse foi o ponto principal de toda minha jornada: tentar perceber que havia uma grande diferença entre esses artigos que aparecem no Banco Mundial ou nos periódicos sobre desenvolvimento que relacionam os homicídios ao crescimento econômico.

Na África do Sul os investidores me disseram: “Não nos importamos com as taxas de homicídio, nos importamos apenas com o nível de corrupção. Se o governo é corrupto, fica difícil conseguirmos autorizações. Se o governo não é corrupto, ou se é corrupto de uma forma bem previsível, podemos conseguir as autorizações. Então, faremos negócio”. Conversei com a maior rede nacional de supermercados da África do Sul. Perguntei: “Como o alto índice de criminalidade em certas regiões afeta seu negócio?” Eles disseram: “Não sabemos, não analisamos isso no momento de decidir onde instalar nossas lojas. Esse é apenas um fator no que se refere ao modo de protegê-las uma vez tomada a decisão de colocá-las nessas regiões. No entanto, o nível de criminalidade não orienta nossas decisões de investimento em uma comunidade específica”.

SOCIEDADE CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA

Leeds: *Uma questão importante para o Fórum é o papel da sociedade civil na tentativa de fazer com que a política de direito penal seja corretamente aplicada. A mim, parece que isso tem de acontecer em vários níveis. Por exemplo, o Fórum foca na responsabilidade pelas informações e dados verossímeis, esse é um nível, em âmbito nacional. No âmbito local há a sociedade civil tentando melhorar a atuação da polícia. Na semana passada, foi publicado um artigo no Washington Post¹, que*

Conforme dissemos, se você tem a intenção séria de tentar fazer com que a economia cresça, a polícia deve, além de priorizar a redução de assaltos, também priorizar a redução dos crimes cometidos contra as propriedades comerciais nas comunidades ou vizinhanças de baixa renda e que apresentem esses negócios informais.

provavelmente você viu, sobre o motivo pelo qual o movimento Black Lives Matter [A Vida de Negros Importa] nunca se firmou no Brasil, mesmo considerando que nos últimos anos o país registrou um número alarmante de jovens negros mortos pela polícia. Por isso é essencial que a sociedade civil atue em vários níveis, em nível macro e em nível local, em lugares como o Brasil, onde os índices de impunidade policial são tão altos que as pessoas têm medo de se mobilizar. Qual é a realidade e qual é a possibilidade real da sociedade civil conseguir desenvolvimentos substanciais nessa área?

Taxista afro-americano espancado pela polícia de Los Angeles, em março de 1991, sob a acusação de dirigir em alta velocidade. A cena foi gravada em vídeo por testemunha e gerou distúrbios violentos na cidade, em 1992, após o julgamento e absolvição dos policiais envolvidos.

Stone: É uma ótima pergunta. Você pode igualmente perguntar: por que o movimento *Black Lives Matter* surgiu há apenas dois anos nos Estados Unidos em vez de ter surgido há centenas de anos, há vinte ou ainda há dez anos? É como se o índice de mortes tivesse mudado. Sabe-se, pelo menos, que o índice de mortes hoje em dia é provavelmente menor. Desse modo, tem algo a ver com as gravações em vídeo e o fato de que todos têm seu momento de Rodney King quando todo mundo pensa “Oh, meu Deus, todos têm uma câmera de vídeo em casa”. Mas, na verdade, nem todo mundo tinha sua própria câmera e o momento de Rodney King permanecia relativamente incomum. Os vídeos de celulares que temos agora são completamente diferentes. Todo mundo tem.

Também há uma mudança na política nacional. Eu acho que o movimento *Black Lives Matter* não existiu até a eleição do presidente Barack Obama. A sociedade civil tem de acreditar que, na verdade, o governo não tem nada a ver com isso. Um fato interessante sobre o governo Obama é que durante muito tempo ele não falava sobre raça; na verdade, ele proibiu as pessoas do Departamento de Justiça dos EUA de realizarem reuniões em que a raça fosse o tema, pois ficava extremamente nervoso em ser identificado como um presidente de consciência racial. Se você pensasse no movimento *Black Lives Matter* e pensasse que um presidente negro faria isso, ficaria desapontado com a administração do Obama como impulsora da sociedade civil. Acho que você deve ter visto isso no movimento em San Francisco, em Nova York. Ou seja, juntou-se a tecnologia de comunicação e o real desapontamento político sobre a vontade de um presidente negro em lutar por isso. Se você tem um presidente negro que não foca no fato de que pes-

soas negras estão sendo mortas no país, então é preciso resolver o problema com as próprias mãos.

Acho que há algo diferente acontecendo em relação ao ativismo moderno. Há alguns fatores reunidos. A sociedade civil no Brasil e em alguns outros lugares é ativa para certas questões. A dúvida é: o que faz com que a sociedade civil direcione suas forças para esse problema? É essa uma questão racial no Brasil? Recentemente, amigos que moram no Brasil me escreveram e se mostraram bastante esperançosos, pois um grupo de policiais militares que atirou em um carro matando cinco pessoas tinha sido preso. Sou norte-americano e a primeira pergunta que faço é: as pessoas que estavam no carro eram negras? E meus interlocutores não souberam responder, mesmo depois de terem lido várias histórias sobre o caso. As manchetes não diziam “Polícia mata cinco jovens negros”, que é o que teria aparecido nos jornais norte-americanos. O fato é que foi necessária uma segunda conversa para identificar a raça das vítimas... evidentemente eram negros, mas essa não era a história inicial.

Leeds: *Bem, quando você fala de jovens da favela, não é preciso defini-los como negros, pois supõe-se que são afrodescendentes. O fato é que as notícias sobre os cinco jovens de uma favela em uma parte X da cidade mostram uma suposição implícita de que eram negros.*

Stone: É uma campanha diferente dizer *Favela Lives Matter* [A Vida de Favelados Importa] em vez de dizer *Black Lives Matter* [A Vida de Negros Importa]. Parte do movimento *Black Lives Matter* nos Estados Unidos está ligado ao fato de que muitos homens e mulheres negros constituem a classe média, são profissionais de classe alta ou super ricos, mas ainda assim... Durante muito tempo, a promessa era a de que o dinheiro os tiraria da opressão de serem negros na América. O que aconteceu foi o seguinte, e você consegue ver isso nos argumentos sobre discriminação racial nos Estados Unidos: a história que as pessoas adoram contar na literatura sobre discriminação racial é que o cara de terno foi parado pela polícia porque é negro. Isso é duplamente ultrajante, porque, teoricamente, supõe-se que o terno o protegeria. Não sei se esses dados no Brasil estão relacionados aos negros, à classe média ou a parte rica do país.

Leeds: *Na verdade, acho que existe um movimento para além do que o artigo do Post reconhece. A Anistia Internacional, recentemente reaberta no Brasil, tem sido extremamente contundente em relação à questão racial. Os homicídios tem sido identificados como questões raciais e os dados que o Fórum publica em seu Anuário, especialmente nos últimos anos, tem destacado a grande proporção de jovens negros que compõem o total de vítimas de homicídio.*

Stone: Acho que este número provavelmente crescerá. Lembro que o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) realizou uma pesquisa sobre abordagem policial e estereótipos raciais e o resultado foi desanimador². Os números mostravam que havia um enorme crescimento da filtragem racial no trabalho da polícia, mas as pessoas não se preocupavam com isso. Logo, isso não gerou o tipo de preocupação que imaginávamos.

ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL

Leeds: *Outra questão que interessa ao Fórum é o impacto da assistência internacional, mas desejamos defini-lo nos últimos dez anos: se houve uma mudança de foco ou se não houve nenhum impacto. É possível definir a assistência internacional de várias maneiras. Lembro do artigo que Rachel Neild escreveu há alguns anos discutindo várias questões sobre assistência bilateral e multilateral, como a visão muito reduzida das instituições multilaterais em relação à segurança pública e o medo de envolvimento com questões da polícia.*

Stone: Na verdade, acho que, nesse tema em especial, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS, das Nações Unidas] são de um benefício extremamente importante. O grande número de homicídios no Brasil nunca foi um problema para os ministros de relações exteriores de outros países, a menos que estivessem visitando o país e com medo de serem mortos. O fato de o Objetivo 16 incluir um componente de redução da violência faz com que os elevados índices de homicídio no Rio, em São Paulo e em várias outras cidades da América Latina passem a ser meta internacional e deveriam receber atenção das agências de cooperação. No entanto, existem outros 168 objetivos que, supostamente, devem receber atenção, assim, todas essas agências farão suas escolhas. Nos últimos quinze anos, vem acontecendo um diálogo ativo entre as agências de desenvolvimento. Não houve

um Objetivo de Desenvolvimento do Milênio [ODM, das Nações Unidas] que tratasse desses problemas e das prioridades que estavam sendo estabelecidas nos escritórios dessas agências, não se perguntava quais os objetivos que receberiam atenção e como eles poderiam ser alcançados. Agora há um ODS que se refere aos homicídios, criando a oportunidade para que as agências bilaterais e de desenvolvimento concentrem sua atenção em alcançar esse objetivo no mundo todo. Porém, não é possível atingi-lo se não focarmos nos locais onde os índices de homicídios sejam super altos. Dois terços das cidades no mundo com índices elevadíssimos de homicídios estão na América Latina e no Caribe. De modo que, inevitavelmente, enquanto os ODS importarem, eles mudarão a discussão em muitas das agências de desenvolvimento. Essa é uma chance que temos.

Leeds: *E o que será feito para que isso tenha um impacto em nível nacional, ou no caso do Brasil, estadual?*

Stone: Bem, é uma questão bastante complicada. O que foi feito para que os ODM tenham um impacto em nível de política nacional e estadual?

Leeds: *Existem casos individuais, mas nos casos de violência policial que chegaram até a Corte Interamericana, o Brasil foi condenado e depois nada aconteceu.*

Stone: Acho que, em relação à atenção mundial, diminuir o número de homicídios em geral é diferente de reduzir a violência policial, pois essa questão pode ser muito difícil para as agências de desenvolvimento, para as agências bilaterais governamentais e até mesmo para as agências multilaterais. A violência policial é uma questão estarrecedora para elas, porque tudo o que elas sabem fazer é financiar o governo – e o governo, nesses casos, é quem está atirando nas pessoas. Então, quando isso acontece, a resposta instintiva das agências é suspender o financiamento. E elas dificilmente sabem como financiar a sociedade civil. É mais fácil financiar o governo do que financiar a sociedade civil.

Então, duas coisas fazem a diferença. Uma é o foco nos homicídios versus a violência policial, já que os ODS permitem que os

Recentemente, amigos que moram no Brasil me escreveram e se mostraram bastante esperançosos, pois um grupo de policiais militares que atirou em um carro matando cinco pessoas tinha sido preso. Sou norte-americano e a primeira pergunta que faço é: as pessoas que estavam no carro eram negras? E meus interlocutores não souberam responder, mesmo depois de terem lido várias histórias sobre o caso.

governos ofereçam uma assistência séria para o governo que deseje diminuir o índice de homicídios. Outra, que está mudando, é que os bancos de desenvolvimento estão cada vez mais investindo na sociedade civil. Há dez anos, quando o Fórum começou, o Banco Mundial não encontrava uma alternativa para financiar a sociedade civil sem ser pelo Fundo Social Fiduciário do Japão para a Sociedade Civil, e todos esses financiamentos deviam ser aprovados pelo Ministério das Finanças ou por quem quer que fosse a contraparte do Banco Mundial no governo. Assim, o Banco não tinha como financiar nenhuma organização de sociedade civil. Era muito difícil encontrar uma maneira de fazer isso. Havia apenas uma fonte de financiamento que poderia ser utilizada, e esta não poderia ser usada se você não conseguisse a assinatura do governo em questão para isso.

Atualmente, a Parceria Global para Responsabilidade Social do Banco Mundial financia de forma direta, sem a assinatura dos governos, as organizações de sociedade civil. Embora o Fundo em si seja modesto, diferentes programas nacionais começaram, nesse momento, a ser financiados ou complementados com dinheiro próprio, estreitando isso por meio da Parceria, já que podem obter isso para a sociedade civil. Esse é apenas um exemplo de um grande banco de desenvolvimento multilateral que encontrou uma saída, dez anos depois, para financiar a sociedade civil de forma direta e com muito mais facilidade.

Então, a questão é: eles financiariam a sociedade civil em relação a essas temas? Na minha opinião, isso exigirá que as organizações de sociedade civil tenham um maior conhecimento sobre as agências de desenvolvimento porque, se voltarmos ao início de nossa conversa, a pergunta seria: é possível provar para essas agências a relação entre os índices de homicídio e o crescimento mensurável da economia ou a relação com alguma história sobre o crescimento econômico?

Além disso, também há outros fatores. De modo geral, algumas agências bilaterais e multilaterais estão deixando o trabalho na área da justiça, em geral, pois estão preocupadas com a corrupção, violência e outras questões governamentais. Conheci um alto funcionário do setor de desenvolvimento que me disse recentemente que eles achavam que este era o momento perfeito para impulsionar o finan-

ciamento da sociedade civil, uma vez que os governos não queriam ser vistos como se estivessem abandonando os direitos humanos e a justiça em seus países, mas estavam cada vez mais temerosos em relação ao financiamento de governos. Então, cada geração deve fazer uma tentativa. Mas a questão é: este é um mundo diferente daquele de dez anos atrás. Há um objetivo global de redução do número de homicídios, há mais instituições para financiar a sociedade civil e, por sua vez, essas organizações se sentem mais confortáveis para falar sobre a reforma da polícia.

INDICADORES

Leeds: *Por fim, também queria falar sobre os indicadores. Esse foi o assunto de uma reunião organizada pela Open Society Foundations (OSF), em Bogotá, sobre a possibilidade de um protocolo regional para mensuração dos homicídios. Atualmente, enfatiza-se a criação de indicadores na América Latina para a segurança pública e a justiça. Acho que a noção de indicadores como um todo é ambígua.*

Acho que estão sendo mal utilizados. Sobre o que realmente estamos falando com os indicadores? Então, para realizar uma reunião sobre indicadores e a importância de gerar informações confiáveis, temos de saber como traduzir isso em um trabalho útil nessa área, tanto para a sociedade civil como no que se refere à criação de um espaço político no governo. Como venho trabalhando nisso há algum tempo, o aprendizado que tiro disso é que podemos promover todas essas organizações, políticas, etc., mas, no final, para mim, é o espaço político que fará a diferença. Há todos os tipos de movimentos de avanços e retrocessos. O pêndulo oscila e há momentos de esperança quando o espaço político existe, mas depois, inevitavelmente, esse espaço desaparecerá. Dessa forma, como damos continuidade ao processo para que esses indicadores signifiquem algo que realmente faça diferença?

Stone: Há uma série de questões nisso. Realmente acho que melhorar os indicadores é uma parte importante do quebra-cabeça, pois as agências governamentais trabalham sobre eles. É o que elas fazem se os indicadores são bons. Mas, o uso de indicadores é normalmente muito imaturo e eles nem sempre estão bem ajustados aos problemas que querem focar. Mas, no final, se você disser a um departamento de polícia que o que se deseja ver são

Agora há um ODS que se refere aos homicídios, criando a oportunidade para que as agências bilaterais e de desenvolvimento concentrem sua atenção em alcançar esse objetivo no mundo todo. Porém, não é possível atingi-lo se não focarmos nos locais onde os índices de homicídios sejam super altos.

mais prisões, que você está contabilizando prisões, você pode gerar mais prisões. E, no sentido contrário, se você punir os policiais pelo número de prisões efetuadas, você consegue reduzir o número destas. Essa simples história tem muito a dizer. É necessário um indicador que seja relativamente fácil de mensurar, que responda de maneira muito rápida a algo que você esteja tentando mudar e que esteja alinhado com alguém que tenha autoridade sobre isso. Por exemplo, um indicador sobre os níveis de encarceramento nos Estados Unidos não funcionaria, pois não há ninguém responsável pelo encarceramento no país. Ninguém controla isso nem se responsabiliza por esse número. Dessa forma, não é um indicador útil; talvez seja útil para os jornalistas, para os advogados, mas não é útil como uma ferramenta para mudar essa prática. Para isso, é preciso que o número de pessoas acusadas em inquéritos criminais, em um determinado distrito, seja de responsabilidade de um oficial, pelo menos; de alguém que seja realmente responsável por isso e que a organização coloque isso em prática.

Por um lado, uma das coisas que tem sido frustrante para muitos reformistas do setor judiciário é que os indicadores devem responder não apenas a uma decisão, mas também a quem toma a decisão. Nem mesmo na China é possível mudar um indicador que está relacionado às decisões judiciais. Mesmo o Partido Comunista não consegue mudar o número de condenações dos juízes tentando direcioná-los para tomar certa decisão. Treinamentos são realizados esperando que consiga instruir poucos casos.

Por outro lado, na polícia militar, você tem um controle de comando, supõe-se que os policiais e as pessoas realmente obedecem às regras, então é possível fazer essa mudança. No setor judiciário estamos presos a muitos oficiais que têm muitos critérios individuais e, portanto, é difícil mudar esta prática. É necessário focar em organizações como a polícia. Em alguns países, os promotores públicos não são individualmente responsabilizados. Assim, é necessário encontrar um departamento de polícia que se comporte como uma organização, encontrar alguém que seja responsável por ela e, então, será possível mudar a prática.

É nessas situações que eu acredito que os indicadores sejam úteis, ao contrário de muitas outras pessoas que gastam um tempo enorme tentando fazer com que os indicadores funcionem. Lembro de ter ido até uma unidade policial e conversar com a pessoa que realizou projetos de assistência internacional e que tinha um escritório e um bom cargo, acho que era um comissário adjunto ou algo assim. Acho que foi na Jamaica. E esse simpático comissário era o responsável pela assistência financeira e pelo dinheiro vindo da União Europeia e dos EUA, ou seja, todos os doadores bilaterais e multilaterais. Ele tinha um escritório e um monte de flipcharts que sobram de algum workshop ou conferência da qual tinha participado recentemente e neles estavam relacionadas todas as coisas que eles fariam. E bem, bem abaixo, quase saindo da página, estavam: “monitoramento” e “avaliação”. São sempre as últimas coisas. O problema dele não estava no desenho dos indicadores. O problema dele é que estávamos justamente conversando durante uma reunião da equipe de comando da qual ele não fazia parte. Ele era o responsável pelos doadores internacionais, por enviar seus relatórios de projeto para eles e por certificar-se da responsabilidade pelo dinheiro doado, mas na verdade ele não era o responsável pelo trabalho da polícia. Não ficava nem mesmo na sala quando eram dadas instruções aos policiais sobre o que fazer, onde patrulhar, como usar as armas. Ou seja, tudo estava acontecendo com uma série de outros indicadores no saguão dessa unidade policial e ele não tinha nada a ver com essas questões.

Então, a ideia é de que você pode resolver o problema do policiamento jamaicano por meio desses projetos financiados, liderados por um comissário adjunto que tem uma parede cheia de flipcharts e está completamente apartado do comando operacional da polícia é equivocada. Ao mesmo tempo, não é possível oferecer um financiamento para uma organização policial que o seu comandante permita que esse recurso interfira no trabalho real do cotidiano da polícia. É arriscado demais. Então, você tem que escondê-lo em algum lugar.

Não importa se o financiamento vem da Open Society, da União Europeia ou de qualquer outra pessoa. Porque você tem um recurso, eles podem fazer uma grande reunião e mostrar todos os tipos de coisas, mas isso não representa a realidade.

[...] o uso de indicadores é

normalmente muito imaturo e eles nem sempre estão bem ajustados aos problemas que querem focar. Mas, no final, se você disser a um departamento de polícia que o que se deseja ver são mais prisões, que você está contabilizando prisões, você pode gerar mais prisões. E, no sentido contrário, se você punir os policiais pelo número de prisões efetivadas, você consegue reduzir o número destas. Essa simples história tem muito a dizer.

Os indicadores que o comandante utiliza em uma reunião de comando, esses são reais. Eles se afastam das estatísticas e dizem: “Por que você demorou seis dias para investigar este caso na semana passada?” Isso, sim, é um indicador real e terá um efeito real.

Leeds: *Uma das coisas com as quais o Fórum não tinha particularmente se envolvido, mas que nos últimos dois anos começou a publicar dados no Anuário, são os estupros. E o número de 50 mil estupros ao ano chamou a atenção momentânea da presidenta Dilma. Mas o problema sumiu da visão pública. Essa é uma área em que alguém pode criar indicadores úteis. Mas, quando o problema some da agenda pública e deixa de ser uma grande questão, limita-se muito o que pode ser feito e o impacto político que os indicadores poderiam ter em uma área específica.*

Stone: Eu e você conversamos sobre isso antes. Haverá um círculo de pessoas que trabalhará essas questões diariamente ao longo do tempo. Na maior parte do tempo, isso não será uma prioridade política. Esses problemas vão depender das ambições individuais de pessoas que comandam as diferentes forças policiais. Um dia será este estado, no outro dia será outro estado, mas se eles forem bons oficiais e houver uma capilaridade como aquela que o Fórum está sempre promovendo. Uma lição aprendida é: quando, em um local onde há um comandante policial ambicioso, esperto, engajado e esse comandante é transferido, outra pessoa, de uma parte diferente do país, assume o seu comando mas começa a trabalhar a partir do que esse comandante fez.

É preciso conectar sociedade civil, ativismo, jornalismo, protestos, coisas que são espasmódicas. Elas surgem, chamam muita atenção e impactam por alguma razão. Ligam-se a algo que aconteceu e com o qual o presidente se preocupa. Se um jornalista escreve algo realmente dramático usando essas questões, elas mudam. Ninguém sabe por que Ferguson (Missouri), lançou uma série de problemas nacionais sobre homens, mulheres, meninos e meninas negros baleados ou vítimas de alguma forma de abuso policial. Havia milhares desses casos disponíveis. O de Ferguson teve impacto durante um tempo, gerando um significado que se prolongou.

Referência ao assassinato de Michael Brown, em agosto de 2014. O jovem negro de 18 anos, sem antecedentes criminais e que não portava arma, foi morto pelo policial branco Darren Wilson. A morte do jovem desencadeou uma série de protestos na cidade, mas o policial não foi indiciado pelo Departamento de Justiça norte-americano.

É quando todas essas outras coisas que você tem feito durante um tempo importam, pois é delas que virão as respostas. É quando a política muda e as pessoas se viram para você e dizem: “agora nós realmente temos que fazer alguma coisa. O que faremos?” Os manifestantes não sabem o que fazer, apenas ficam com raiva. Eles têm uma série de demandas que são razoáveis, mas geralmente não para as coisas que serão politicamente implementadas. Essa ajuda virá de todas essas pessoas que vem adquirindo experiência ao longo do tempo.

Leeds: *Você está certo sobre não deixar esses episódios momentâneos morrerem, nem suas histórias, pois sempre haverá alguém nessa rede que foi criada capaz de retomar o fio da meada. Há apenas que persistir e não deixar morrer, fazer um trabalho diário. Isso é muito do que o Fórum tem feito no decorrer dos anos. Acho que só temos que manter nosso foco na meta principal.*

Stone: Acho que estando na articulação, quero dizer, o Fórum tem uma dupla função: ele pode ser a conexão entre os reformistas, líderes individuais, inovadores e seus amigos na sociedade civil que realmente tem estado com eles há muito tempo. E também pode ser uma ponte para uma discussão pública mais ampla, para os políticos, para os funcionários públicos que não são policiais nem funcionários da segurança, ou seja, muito mais ampla que isso. Eles apenas lidarão com a polícia quando tudo isso se tornar a “questão do dia”.

“Por outro lado, na polícia militar, você tem um controle de comando, supõe-se que os policiais e as pessoas realmente obedecem às regras, então é possível fazer essa mudança.”

1. Ver <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/12/12/why-brazil-has-no-black-lives-matter-movement-despite-some-shocking-police-killings/>>.
2. Ver <http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/files_mf/boletim08.pdf>.



Escopo e política editorial

A **Revista Brasileira de Segurança Pública** é a revista semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e tem por objetivo a produção de conhecimento e a reflexão no campo da segurança pública no Brasil e exterior. Os autores(as) dos artigos podem ser pesquisadores, policiais e/ou demais profissionais da área que tenham desenvolvido pesquisas científicas dentro de suas respectivas instituições e desejem disseminar resultados. Pretende-se promover o intercâmbio de informações qualificadas no que tange às relações entre segurança pública, violência e democracia, focando em políticas implementadas na área, policiamento, ensino policial, monitoramento e avaliação de dados, justiça criminal e direitos humanos. Especialistas nacionais e estrangeiros podem ser convidados a conceder entrevistas ou depoimentos para a publicação.

Instruções aos autores

- 1** Os trabalhos para publicação na Revista Brasileira de Segurança Pública devem ser inéditos no Brasil e sua publicação não deve estar pendente em outro local. Deverão ter entre 20 e 45 mil caracteres com espaço, consideradas as notas de rodapé, espaços e referências bibliográficas.
- 2** Os trabalhos deverão ser enviados através do sistema on-line de gestão da Revista Brasileira de Segurança Pública, disponível em <http://revista.forumseguranca.org.br/>. Para tanto, os autores devem realizar um cadastro, que permitirá o acesso à área de submissão de trabalhos, bem como permitirá o acompanhamento de todo o processo editorial. Toda a comunicação com os autores que submeterem o trabalho através do sistema será realizada por meio da ferramenta.
- 3** Recomenda-se a utilização de editores de texto que gravam em formatos compatíveis tanto com programas amplamente disseminados quanto, prioritariamente, com softwares de código aberto.
- 4** As opiniões e análises contidas nos textos publicados pela Revista Brasileira de Segurança Pública são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a posição do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A Revista Brasileira de Segurança Pública reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, sua posterior reprodução com a devida citação da fonte.
- 5** Todos os trabalhos serão submetidos ao Comitê e ao Conselho Editorial da Revista, que terão a responsabilidade pela apreciação inicial dos textos submetidos à publicação.
- 6** O Comitê Editorial da Revista Brasileira de Segurança Pública pode, a qualquer tempo, solicitar apoio de consultores AD HOC, sempre especialistas no tema do artigo submetido, para emissão de pareceres de avaliação sobre os textos encaminhados. Cada artigo receberá a avaliação de dois pareceristas, sendo os pareceres em blind review, portanto, sem a identificação dos autores ou dos pareceristas. Estes pareceristas podem aceitar recusar ou reapresentar o original ao autor com sugestões de alterações.
- 7** Os trabalhos poderão, ALTERNATIVAMENTE, ser enviados por correio, cuja correspondência deverá ser enviada para a sede do Fórum, localizada à Rua Amália de Noronha, 151, Cj. 405, Pinheiros, São Paulo / SP, CEP 05410-010. Nesse caso, os textos deverão ser enviados em CD-R ou CD-RW e duas cópias impressas em papel A4 e deverão ser precedidos por uma folha de rosto onde se fará constar: o título do trabalho, o nome do autor(a) (ou autores), endereço, telefone, e-mail e um brevíssimo currículo com principais títulos acadêmicos, e principal atividade exercida, cidade, estado e país do autor. Recomenda-se que o título seja sintético. Qualquer identificação de autor(a) deve constar em folha ou arquivo separado.
- 8** A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas por correio.
- 9** Após aprovação do trabalho para publicação, o(s) autor(es) deverão enviar a “Declaração de responsabilidade e transferência de direitos autorais”, assinada por todos os autores. A declaração pode ser enviada por e-mail, escaneada em formato .jpg, ou para a sede do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O modelo da declaração encontra-se disponível ao final das regras de publicação e no link: <http://www2.forumseguranca.org.br/arquivos/declaracaorb.pdf>

critérios bibliográficos

Resenhas

Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, no máximo, há dois anos e no exterior, no máximo, há três anos, além de conter a referência completa do livro.

Artigos

Deverão ser precedidos por um breve resumo, em português e em inglês, e de um Sumário;

Palavras-chave deverão ser destacadas (palavras ou expressões que expressem as idéias centrais do texto), as quais possam facilitar posterior pesquisa ao trabalho na biblioteca.

Serão aceitos artigos escritos nas línguas portuguesa e espanhola. Artigos escritos em inglês ou francês poderão ser submetidos para avaliação, mas, se aprovados, serão traduzidos para a língua portuguesa;

Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos em nossa revista, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (Internet, etc.). A simples remessa do original para apreciação implica autorização para publicação pela revista, se obtiver parecer favorável.

Quadros e tabelas

A inclusão de quadros ou tabelas deverá seguir as seguintes orientações:

a/ Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo Excel ou similares separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.

b/ As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma-(Autor, data) ou (Autor, data, página).

c/ Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

Referências bibliográficas

As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo, obedecendo aos seguintes critérios:
Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ título da obra em negrito /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /DOIS PONTOS/ nome da editora /VÍRGULA/ data /PONTO.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome (como no item anterior) /PONTO/ título do artigo /PONTO/ nome do periódico em negrito /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /VÍRGULA/ data /VÍRGULA/ numeração das páginas /PONTO.

Capítulo: sobrenome do autor, seguido do nome (como nos itens anteriores) /PONTO/ título do capítulo /PONTO/ In /DOIS PONTOS/ sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ título da obra em negrito /PONTO/ local da publicação /DOIS PONTOS/ nome da editora /VÍRGULA/ data /PONTO.

Coletânea: sobrenome do organizador, seguido do nome (como nos itens anteriores) /PONTO/ título da coletânea em negrito /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /DOIS PONTOS/ nome da editora /VÍRGULA/ data /PONTO.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome (como nos itens anteriores) /PONTO/ título da tese em negrito /PONTO/ número de páginas /PONTO/ grau acadêmico a que se refere / TRAVESSÃO/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ data /PONTO.

Os critérios bibliográficos da Revista Brasileira de Segurança Pública tem por base a NBR 6023:2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Declaração de Responsabilidade e Transferência de Direitos Autorais

Utilize o modelo abaixo, preencha e envie de forma digitalizada (.JPG) como documento complementar através do sistema on-line.

Se preferir encaminhar por fax ou correio, também poderá fazê-lo para a sede do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, localizada na Rua Amália de Noronha, 151, Cj. 405, Pinheiros, São Paulo / SP, CEP 05410-010.

Declaração de Responsabilidade e Transferência de Direitos Autorais

Primeiro autor: _____

Título do artigo: _____

Nomes de todos os co-autores na ordem que aparecem no artigo:

1. Declaração de Responsabilidade - Garanto que em caso de vários autores, obtive, por escrito, autorização para assinar esta declaração em seu nome e que todos os co-autores leram e concordaram com os termos desta declaração. - Certifico que o artigo representa um trabalho inédito e que nem este manuscrito, em parte ou na íntegra, nem outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, foi publicado ou está sendo considerado para publicação em outra revista, que seja no formato impresso ou eletrônico. - Atesto que, se solicitado, fornecerei ou cooperarei na obtenção e fornecimento de dados sobre os quais o artigo está sendo baseado, para exame dos editores. - Certifico que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. No caso de artigos com mais de seis autores a declaração deve especificar o(s) tipo(s) de participação de cada autor, conforme abaixo especificado:

- (1) Contribuí substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, obtenção de dados ou análise e interpretação dos dados;
- (2) Contribuí significativamente na elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo;
- (3) Participei da aprovação da versão final do manuscrito.

Assinatura de todos os autores:

Data: _____

2. Transferência de Direitos Autorais – Declaro que em caso de aceitação do artigo, concordo que os direitos autorais a ele referentes se tornarão propriedade exclusiva da Revista Brasileira de Segurança Pública, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o devido agradecimento à Revista Brasileira de Segurança Pública.

Assinatura de todos os autores:

Data: _____





**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**